



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008859-17.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **Helio Ogelio dos Santos**
Requerido: **Antonio Eduardo Ranu e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter alugado imóvel ao primeiro réu, figurando o segundo como seu fiador.

Alegou ainda que o primeiro réu deixou o imóvel sem pagar aluguéis, despesas de água e luz.

O primeiro réu é revel.

Citado pessoalmente (fl. 20), ele não compareceu à audiência realizada e tampouco ofertou contestação (fl. 22), reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Por outro lado, é certo que o segundo réu procurou eximir-se da responsabilidade de fiador da locação em apreço, esclarecendo que acreditava que figuraria no instrumento respectivo somente como testemunha.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Chegou a declinar o interesse em inquirir testemunhas (fl. 22), mas na audiência designada para tanto não produziu prova dessa espécie (fls. 33/35).

Limitou-se a prestar depoimento pessoal em que repetiu a versão contida na peça de resistência, a qual, porém, não possui amparo em um indício sequer e está contrariada pelo documento de fl. 07.

Isso significa que nada de concreto foi coligido para ao menos levar à ideia de que o segundo réu tivesse sido ludibriado, assinando contrato como fiador quando na verdade acreditava ser simples testemunha.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que ambos os réus são responsáveis pela dívida trazida à colação.

Ela deverá abarcar os aluguéis não quitados, a exemplo dos gastos de água e energia elétrica, inexistindo qualquer impugnação a esse propósito.

Todavia, transparece necessária a exclusão da verba postulada a título de multa, porquanto a previsão da cláusula 11ª do instrumento firmado (fl. 06) possui caráter claramente compensatório.

Em consequência, ela não se aplica à hipótese vertente, que concerne à mora dos réus.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar os réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 2.446,67, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso os réus não efetuem o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 11 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**